



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Comissão Permanente de Licitação

Parecer nº 87/2021/CPL/SNSH/MDR

Referência: 59000.008098/2020-48

Interessado: Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH

1. **REFERÊNCIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 – Contratação dos serviços de operação, manutenção e conservação das subestações e das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

2. **OBJETIVO**

O presente parecer trata da análise de recurso administrativo interposto pelo CONSÓRCIO NOVA ENGEVIX – TECHNE (O&M PISF) (SEI n.º [3389573](#)), no âmbito do Pregão Eletrônico nº 04/2021, que tem por finalidade a contratação dos serviços de operação, manutenção e conservação das subestações e das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

3. **TEMPESTIVIDADE**

De acordo com o subitem 11.2.3 do edital, dos atos da administração pública decorrentes da aplicação desta licitação, caberá recurso no prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

Considerando que a volta da fase se deu no dia 30/07/2021 e encerrou no dia 15/09/2021, e que o prazo final para o envio do recurso foi até o dia 20/09/2021, e que o recurso da recorrente foi anexado ao sistema no dia 20/09/2021, informamos que o recurso foi recebido e conhecido por estar tempestivo.

4. **INTRODUÇÃO**

Às 15:00 horas do dia 30 de julho de 2021, após o acatamento das alegações de recurso na 1.ª Ata (SEI n.º [3389482](#)) e foi realizada sessão pública referente ao Pregão Eletrônico Nº 04/2021, tendo como base as regras estabelecidas pelo Pregão Eletrônico, regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme consta do Edital:

- Forma de Execução da Licitação: Eletrônica;
- Modo de disputa: Aberto/Fechado;
- Regime de Contratação: Empreitada por Preço Unitário;

- Critério de julgamento: Menor Preço.

Inicialmente, após a análise da Habilitação Técnica da Habilitação Jurídica, Econômica - Financeira, Regularidade Fiscal e Trabalhista esta Pregoeira aceitou a proposta e habilitou o **CONSÓRCIO NOVA ENGEVIX – TECHNE (O&M PISF)**, conforme Ata SEI n.º [3199956](#).

Ocorre que na fase Recursal a VECTOR SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA, apresentou recurso (SEI n.º [3199964](#)).

Assim, ao analisar o Recurso, verificou -se que as alegações recursais se tratava apenas de cunho técnico e considerando que a equipe da Comissão Permanente de Licitação não possui engenheiro nem especialista no objeto ora licitado, esta Pregoeira encaminhou os autos para análise e parecer da área Técnica.

Destarte, durante a análise da Habilitação Técnica a área técnica emitiu o Despacho CGEP (SEI n.º [3219116](#)), solicitando que fosse realizada diligências, sendo devidamente atendida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme Diligências (SEI n.º [3258364](#), [3258379](#), [3258397](#), [3258408](#), [3258420](#), [3258434](#), [3258446](#), [3258460](#) e [3258533](#)) e Despacho SEI n.º [3258635](#).

Assim, o resultado das diligências foi enviado a Área Técnica, que após conclusão das análises das Diligências, do Recurso e Contrarrazão, emitiu a Nota Técnica nº 100/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR (SEI n.º [3267551](#)), e Despacho DPE SNSH (SEI n.º [3270792](#)) informando sobre o não cumprimento da empresa no que se refere a habilitação técnica.

Mediante a inabilitação do Consórcio Nova Engevix - Techne (O&M PISF), a Pregoeira realizou volta da fase no sistema comprasnet convocando as empresas subsequentes na ordem de classificação do sistema Comprasnet (SEI n.º [3389035](#)), e convocou a 2.º colocada o CONSÓRCIO VECTOR / MAGNA / JPW / BW formado pelas empresas VECTOR SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA, MAGNA ENGENHARIA LTDA, JPW ENGENHARIA ELETRICA LTDA e BLUE WAVE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA (SEI n.º [3295275](#), [3295281](#), [3295289](#), [3295294](#), [3295298](#), [3295303](#), [3295309](#), [3258060](#), [3295815](#)).

Ocorre que, quando da análise das documentações de habilitação ao realizar consulta das certidões no dia 03/08/2021, foi constatado que a empresa MAGNA ENGENHARIA LTDA (CNPJ: 33.980.905/0001-24) possui registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (SEI n.º [3295880](#) e [3295897](#)) cadastradas pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/24844281>).

Diante da constatação acima esta Pregoeira por meio do Ofício n.º 09/2021-CPL/SNSH/MDR (SEI n.º [3295316](#)) realizou diligência junto à Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso que por meio do Ofício CGE/GAB nº 0694/2021 (SEI n.º [3295936](#); [3295950](#)), encaminhou o seguinte posicionamento

*A respeito da abrangência da pena de declaração de inidoneidade, adotamos os posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ)¹ e do Tribunal de Contas da União (TCU)² de que a pena de inidoneidade acarreta ao licitante a não participação em licitações e contratações futuras com o Poder Público, **cuja adesão à aplicabilidade fica a critério dos demais Entes Federados (União, demais Estados e Municípios)**.*

Desta forma, para um melhor direcionamento na decisão, por se tratar de questões Jurídicas a Pregoeira realizou consulta ao Órgão Consultivo do Ministério que por meio PARECER n. 00440/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (SEI n.º [3327813](#)) concluiu que:

Por todo o exposto, em resposta aos questionamentos apresentados pela área técnica, e considerando, notadamente, o exposto nos itens 15/20, desta peça, entendemos, em suma, **que as sanções aplicadas à empresa Magna impedem a participação do consórcio Vector/Magna/JPW/BW Energia na licitação em questão**, uma vez que, não havendo possibilidade de substituição/exclusão de uma empresa integrante do consórcio, as sanções aplicadas pelo Estado do Mato Grosso têm efeito, também, no âmbito dos demais entes federativos, inclusive, perante à União.

Mediante a conclusão acima o Consórcio VECTOR / MAGNA / JPW / BW foi considerado inabilitado.

Continuando, obedecendo a ordem de classificação das empresas no certame (SEI n.º [3389035](#)), a pregoeira convocou a 3.º colocada, a empresa MAROK SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA LTDA (SEI n.º [3346756](#), [3346759](#), [3346762](#), [3349019](#), [3349033](#), [3351509](#), [3351521](#), [3351532](#) e [3351536](#)).

Advém que, quando da análise da habilitação técnica (Check List SEI n.º [3351536](#)), foi constatado que a empresa não atendeu ao item 9.12 (Qualificação Técnica) do Edital, sendo considerada inabilitada.

Destarte, novamente obedecendo a ordem de classificação das empresas no sistema Comprasnet (SEI n.º [3389035](#)) a 4.º colocada a empresa ELIMCO SOLUCOES LTDA ofertou seu lance final em R\$ 39.542.412,70 (trinta e nove milhões quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e doze reais e setenta centavos).

Ocorre que de acordo com o item 2.2 do edital **"O valor global do orçamento estimado pelo MDR é o limite máximo admitido para o valor apresentado nas propostas das Licitantes. Não serão aceitas propostas com valores Global e unitários superiores ao Orçamento da Administração estimado pelo MDR"**,

E, considerando que o valor estimado pelo Ministério foi de R\$ 29.731.137,37 (vinte e nove milhões, setecentos e trinta e um mil cento e trinta e sete reais e trinta e sete centavos).

O lance final da empresa 4.ª colocada ficou em R\$ 9.811.275,33 (nove milhões oitocentos e onze mil duzentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos) acima do valor estimado pela Administração, descumprindo assim a exigência constante no item 2.2 do edital, e, em concomitância com esta exigência o próprio sistema Comprasnet inviabilizou qualquer procedimento/negociação/operacionalização da pregoeira no que concerne aquela proposta, sendo bloqueada desde o encerramento dos lances por estar com o lance final acima do valor estimado pelo MDR.

Destarte, com base no item 2.2 do edital "O valor global do orçamento estimado pelo MDR é o limite máximo admitido para o valor apresentado nas propostas das Licitantes. Não serão aceitas propostas com valores Global e unitários superiores ao Orçamento da Administração estimado pelo MDR." E, com base no impedimento do sistema Comprasnet, que inviabilizou a convocação do anexo bem como a inclusão do valor negociado da empresa, a Licitante ELIMCO SOLUCOES LTDA será desclassificada

Em virtude dos fatos mencionados, tendo em consideração que no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 04/2021, houve 04 licitantes e, que:

1. NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S.A. - Inabilitada por não atender aos itens 9.12.5.5 e 9.12.4 do edital
2. VECTOR SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - Inabilitada por constar impedimento de licitar no <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/24844281>
3. MAROK SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA LTDA - Inabilitada por não atender ao item 9.12 do edital
4. ELIMCO SOLUCOES LTDA - Desclassificada por apresentar lance final superior ao estimado e pelo bloqueio do comprasnet.

O certame foi considerado fracassado pela Pregoeira sendo o certame encerrado gerando a Ata Complementar da 2.ª (SEI n.º [3389482](#)), abrindo prazo para recurso.

5. ANÁLISE

5.1. Considerações iniciais

A licitante expõe em seu recurso os seguintes pontos:

- I - 1 – DO SUPOSTO NÃO ATENDIMENTO AOS ITENS 9.12.5.5 e 9.12.4 - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÕES E DE LINHAS DE TRANSMISSÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

5.2. Análise do Recurso

A recorrente alega que "o Atestado F16/1096/2282 emitido pela FOZ DO CHAPECÓ Energia S.A. (páginas 550/592 dos documentos de habilitação – empresa e páginas 708 a 749 – equipe – Eng.º Dalny) demonstra os Serviços em regime de EPC para implantação de sistema de transmissão 230 kV com sistemas de telecomunicações, associado à UHE Foz do Chapecó – 885MW, compreendendo projeto básico, projeto executivo, construção, especificações técnicas, fornecimento de materiais e equipamentos alocados no sistema, supervisão, gerenciamento, planejamento, controle de qualidade, montagem, ensaios, testes, diligenciamento, comissionamento e pré-operação, incluindo a manutenção"

Por se tratar de questões de cunho técnico esta pregoeira encaminhou Recurso para análise e posicionamento da área técnica, que por meio da **Nota Técnica nº 137/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR** (SEI n.º [3393279](#)), manifestou-se da seguinte forma:

A impetrante Consórcio Nova Engevix/Techne apresentou recurso contra sua inabilitação, em razão do "NÃO ATENDIMENTO AOS ITENS 9.12.5.5 e 9.12.4 - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÕES E DE LINHAS DE TRANSMISSÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA".

A recursante alega que "a Ilma. Pregoeira se ateve exclusivamente ao exame formal do conteúdo dos variados atestados técnicos acostados pelo consórcio proponente, sem, no entanto, enfrentar outros relevantes esclarecimentos prestados em sede de contrarrazões e diligência, bem como sem analisar o atestado complementar anexado às folhas 264 265 da diligência".

Este tema foi inicialmente apreciado por esta área técnica em 22 de julho de 2021, por meio da Nota Técnica nº 100/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3267551](#)), quando da análise do Recurso e da Contrarrazão apresentados pela empresa Vector e pelo Consórcio Nova Engevix/Techne, respectivamente. Na ocasião, esta Coordenação-Geral manifestou nos seguintes termos:

3.1.1. Em referência aos Atestados B13/8792/2080 - BAESA; E09/1007/2295 - Eletrosul; E23/8767/2052 - ETAU; F16/1096/2282 - Foz do Chapecó; G09/1200/2385 - Goiás Transmissão; M24/8688/1868 - MPX; MG29/1203/2499 - MGE; R11/8906/2286 - RS Energia; e S47/8835/2148 - SC Energia, a recursante Vector alega que os documentos citados compreendem a comprovação de experiência da licitante habilitada, o Consórcio Nova Engevix/Techne, para a implantação de Linhas Transmissão e/ou Subestações de 230 kV ou superior, contudo não seriam atinentes aos serviços de operação e manutenção das referidas estruturas.

3.1.2. Por meio da contrarrazão, o Consórcio Nova Engevix/Techne manifestou-se contra o recurso impetrado pela empresa Vector, argumentando que a implantação das estruturas a que se referem os atestados elencados acima, englobam, entre outros, os serviços de pré-operação ou operação assistida, e a manutenção do empreendimento.

3.1.3. O tema foi alvo de diligências, conforme consta do Documento SEI nº 3258533, com vistas a elucidar quais foram as citadas atividades de manutenção alegadas na Contrarrazão.

*3.1.4. Isto posto, entende esta área técnica que as alegações apresentadas pela recursante Vector devem ser consideradas procedentes pela CPL, em parte, visto que os Atestados B13/8792/2080 - BAESA; E09/1007/2295 - Eletrosul; E23/8767/2052 - ETAU; F16/1096/2282 - Foz do Chapecó; G09/1200/2385 - Goiás Transmissão; M24/8688/1868 - MPX; MG29/1203/2499 - MGE; R11/8906/2286 - RS Energia; e S47/8835/2148 - SC Energia, demonstram, sim, a experiência da licitante na Operação de Linhas de Transmissão e de Subestações. Contudo, **a descrição das atividades nos atestados, bem como as diligências realizadas, não comprovam que a licitante possui experiência na manutenção de Subestações e de Linhas de Transmissão e de Distribuição de energia elétrica.**" (grifou-se)*

Ainda sobre o tema, esta área técnica manifestou-se reiterando seu entendimento por meio da Nota Técnica nº 109/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3310312](#)), de 19 de agosto de 2021, no âmbito do Processo Administrativo nº [59000.015700/2021-84](#), que tratava da Decisão 1055887-34.2021.4.01.3400 ([3296924](#)), do Mandado de Notificação e da Intimação 1055887-34.2021.4.01.3400 ([3296925](#)) da 4ª Vara Federal Cível da SJDF, inerente ao Pregão Eletrônico nº 4/2021-MDR.

"4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Diante do exposto, esta área técnica mantém sua manifestação contida na Nota Técnica nº 100/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3267551](#)), e reiterada nos itens 3.6 e 3.9 deste documento, respectivamente, de que:

4.1.1. Os atestados apresentados pelo Consórcio Nova Engevix/Techne não comprovam a experiência da licitante na Manutenção de Linhas de Transmissão e de Subestações, com tensão mínima de 230 kV;"

Na ocasião, o Sr. Frederico Botelho de Barros Viana, Juiz da 4ª Vara Federal Cível da SJDF **INDEFERIU** o requerimento da impetrante Nova Engevix de "concessão URGENTE de decisão liminar, inaudita altera pars, para que seja suspensa/tornada sem efeito, até a prolação da sentença e/ou julgamento final da lide, a decisão de inabilitação do Consórcio Nova Engevix - Techne", assim como, "a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico n. 004/2021, bem como a suspensão de todos os atos posteriores à ilegal inabilitação da impetrante".

Cabe destacar acerca do Atestado F16/1096/2282, individualmente citado pela recursante, que foi solicitado por esta área técnica a realização da seguinte diligência junto a empresa Foz do Chapecó, emissora do referido atestado.

"3.1. Os serviços de implantação, em regime de EPC, a que se referem o Atestado nº F16/1096/2282 compreendem a Manutenção da Linha de Transmissão e/ou da SE Foz do Chapecó?"

3.1.1 Consideram-se serviços de manutenção as seguintes atividades:

- Atualização dos planos de manutenção preventiva e preditiva de instalações e equipamentos;

- *Monitoramento e controle dos equipamentos e sistemas elétricos com vistas à garantia da sua integridade, do seu perfeito funcionamento e da segurança humana;*

- *Manutenção preventiva e preditiva das instalações, equipamentos e sistemas com vistas à garantia da sua integridade, do seu perfeito funcionamento e da segurança humana;*

- *Manutenção corretiva das instalações, equipamentos e sistemas quando da ocorrência de mal funcionamento ou a perda de características que possam comprometer a integridade ou a funcionalidade, deles próprios ou de instalações, sistemas e equipamentos adjacentes, ou que possam comprometer a segurança humana."*

A referida diligência foi atendida pelo Sr. Peter Eric Volf, Diretor Superintendente da Foz do Chapecó Energia SA, por meio de correspondência eletrônica, na qual apresentou o seguinte esclarecimento:

*"Informo que **o escopo da Engevix, descrito em nosso Atestado, não abrange as atividades de Operação e Manutenção das linhas de transmissão**, mas o Projeto, Construção e Pré-operação. Portanto o item 3.1 citado em seu email não está compreendido em nosso Atestado."* (grifou-se)

Portanto, esta Coordenação-Geral novamente reitera sua manifestação apresentada nas Notas Técnicas nº 100/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3267551](#)) e nº 109/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3310312](#)), de que **os atestados apresentados pelo Consórcio Nova Engevix/Techne não comprovam a experiência da licitante na Manutenção de Linhas de Transmissão e de Subestações, com tensão mínima de 230 kV**, parte da exigência do item 9.12.5.5 do Edital de Licitação ([3154547](#)), e do item 21.7.5.5 do Termo de Referência ([3167456](#)).

Para além dos argumentos apresentados pelo Consórcio Nova Engevix/Techne que já foram anteriormente apreciados por esta área técnica, é encaminhado em anexo ao Recurso um documento intitulado *"Complementação ao Atestado F16/1096/2282"*.

Cabe ressaltar, que o documento supracitado não faz parte da proposta técnica do Consórcio Nova Engevix/Techne. O que deve ser avaliado pela CPL.

De qualquer forma, em que pese a complementação do atestado informar que *"Durante a implantação do EPC e no período de vigência da Garantia Técnica foram prestados todos os serviços de correção, reparo, manutenção, recuperação e substituição necessários, sendo que o empreendimento se encontra em plena operação comercial desde então"*, a própria empresa emitente do Atestado F16/1096/2282, ao ser diligenciada, afirmou categoricamente que **"o escopo da Engevix, descrito em nosso Atestado, não abrange as atividades de Operação e Manutenção das linhas de transmissão"**. Desta forma, esta área técnica adotou a manifestação da empresa fornecedora do atestado para sedimentar seu entendimento.

Posteriormente, a recursante alega que *"não foi levado em consideração em fase recursal, seja pela área técnica ou pela pregoeira, que a Administração deve exigir/aceitar comprovação de experiência similar ao escopo licitado, sendo excessiva e injustificada a exigência de rigorosa identidade, conforme vasta jurisprudência citada nas contrarrazões"*.

Contudo, diferente do que declara a impetrante Consórcio Nova Engevix/Techne, o tema acima foi inicialmente apreciado por esta área técnica em 22 de julho de 2021, por meio da Nota Técnica nº 100/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3267551](#)), quando da análise do Recurso e da Contrarrazão apresentados pela empresa Vector e pelo Consórcio Nova Engevix/Techne, respectivamente. Na ocasião, esta Coordenação-Geral manifestou nos seguintes termos:

*"3.5 Para além do acima exposto, o Consórcio Nova Engevix/Techne ainda na Contrarrazão ([3200031](#)), especificamente no item 6.1, manifesta-se "quanto à possibilidade de comprovação de obras e serviços compatíveis e superiores para fins de habilitação (Serviços de pré-operação e operação assistida para atender Operação e serviços de execução de obras e reformas para atender Manutenção", fundamentando seu argumento em uma compilação de peças/decisões jurídicas, em destaque o [Acórdão TCU nº 727/2009](#). Contudo, os serviços a que se referem as citadas peças/decisões não guardam compatibilidade com o objeto da presente contratação, tendo em vista que se trata da apresentação de atestados de **Construção** para a comprovação de experiência na prestação de serviços de **Reformas**, na esfera de obras civis. Esta área técnica entende que a **Manutenção** de sistemas elétricos de **alta tensão**, nesta ocasião as Linhas de Transmissão e as Subestações, de 230 kV, não possuem menor nível de complexidade, bem como, não guardam grande similaridade técnica, em relação à **Implantação** das referidas estruturas, portanto não recomendamos à CPL acatar o item 6.1 da contrarrazão da licitante Consórcio Nova Engevix/Techne."*

Ainda sobre o tema, esta área técnica manifestou-se reiterando seu entendimento por meio da Nota Técnica nº 109/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3310312](#)), de 19 de agosto de 2021, no âmbito do Processo

Administrativo nº [59000.015700/2021-84](#), que tratava da Decisão 1055887-34.2021.4.01.3400 ([3296924](#)), do Mandado de Notificação e da Intimação 1055887-34.2021.4.01.3400 ([3296925](#)) da 4ª Vara Federal Cível da SJDF, inerente ao Pregão Eletrônico nº 4/2021-MDR.

"3.8 Para melhor entendimento, será apresentada a seguir uma breve descrição acerca das atividades desenvolvidas na Implantação/Execução e na Operação e Manutenção de Sistemas Elétricos:

Implantação/Execução

É uma fase que ocorre **antes da energização** do sistema, onde são feitas as obras civis (etapa de construção), tais quais aterro do terreno, fundações, construção da sala de comando, galeria de cabos, entre outras, e a etapa de implantação, onde são instalados os equipamentos e sistemas associados, tais quais equipamentos de pátio (transformadores, seccionadoras, disjuntores, TP, TC, para-raios, etc.), sistema de proteção (SPCS), sistema de aterramento, torres de transmissão, cabos e conectores vinculados.

É constituída por equipe da empresa construtora/implantadora especializada em construção civil e implantação de subestações/linhas de transmissão.

Ainda na fase de implantação são realizados os serviços de comissionamento. Esta é uma fase que ocorre após a construção/implantação e também antes da energização, onde são realizadas verificações das instalações, operacionalidade dos equipamentos e sistemas envolvidos e testes de aceitação em campo, de modo a liberação para a etapa seguinte, que é a energização.

É constituída por equipe especializada em comissionamento. Esta equipe pode ser do próprio cliente ou terceirizada, por delegação do cliente.

Operação e Manutenção

É uma etapa que ocorre após a conclusão das obras e a **energização do sistema**.

A operação e manutenção, também conhecida como O&M, tem por objetivo garantir o funcionamento dos equipamentos, sistemas e instalações no **decorrer de sua vida útil** e a não degeneração do desempenho.

É constituída por equipe distinta da equipe da fase de "Implantação", sendo inicialmente treinada por esta, como suplemento, mas com rotinas muito mais abrangentes e perenes.

Esta fase é **contínua** (permanente) envolve serviços de operação de rotina e serviços de manutenção de rotina.

a) Serviços de Operação de Rotina

Define o PDO (Programa Diário de Operação), coordena, controla e supervisiona o funcionamento do sistema durante a operação da rede elétrica, além de fazer avaliação dos resultados e compará-los com o que foi planejado.

Sendo a Operação pertencente a fase de O&M, esta é **contínua** (permanente).

b) Serviços de Manutenção de Rotina

Planeja as rotinas de manutenção, modifica situações permanentes de mau desempenho nos equipamentos e sistemas, deixando assim de conviver com problemas crônicos, melhorando padrões.

Classificam-se as manutenções em corretivas, preventivas, preditivas e detectivas.

Sendo também a Manutenção pertencente a fase de O&M, esta é **contínua** (permanente).

3.9 Portanto, pelas definições acima, **resta claro que não se pode considerar que a atuação na implantação de linhas de transmissão e de subestações comprove a capacidade técnica-operacional/profissional para a prestação de serviços de manutenção das referidas estruturas**, uma vez que quem implanta, mesmo que tenha que fazer algum reparo, provavelmente ainda na garantia, é para sanar problemas de implantação, não possui uma rotina de atividades de manutenção, na qual se trabalha com o sistema já **energizado** e que exige uma rotina de inspeção que inclui atividades diversas como manutenções corretivas, preventivas, preditivas e detectivas, na qual modifica situações permanentes de mau desempenho nos equipamentos e sistemas, deixando assim de conviver com problemas crônicos, melhorando padrões. Além disso, não estão incluídas certas atividades rotineiras de operação e manutenção, tais como, revisão das rotinas operacionais, cujo cumprimento passa por perenidade na execução, manutenção preditiva, cuja prevenção de falhas necessita operação contínua pelo maior tempo possível."

Na ocasião, o Sr. Frederico Botelho de Barros Viana, Juiz da 4ª Vara Federal Cível da SJDF **INDEFERIU** o requerimento da impetrante Nova Engevix de "concessão URGENTE de decisão liminar, inaudita altera pars, para que seja suspensa/tornada sem efeito, até a prolação da sentença e/ou julgamento final da lide, a decisão de inabilitação do Consórcio Nova Engevix - Techne", assim como, "a suspensão cautelar do Pregão

Eletrônico n. 004/2021, bem como a suspensão de todos os atos posteriores à ilegal inabilitação da impetrante".

Portanto, esta Coordenação-Geral reitera sua manifestação apresentada nas Notas Técnicas nº 100/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3267551](#)) e nº 109/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3310312](#)), de **que não se pode considerar que a atuação na implantação de linhas de transmissão e de subestações comprove a capacidade técnica-operacional/profissional para a prestação de serviços de manutenção das referidas estruturas.**

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, esta área técnica mantém sua manifestação contida nas Notas Técnicas nº 100/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3267551](#)) e nº 109/2021/CGEP/DPE/SNSH/MDR ([3310312](#)), e reiterada nos itens 3.8 e 3.16 deste documento, respectivamente, de que:

Os atestados apresentados pelo Consórcio Nova Engevix/Techne não comprovam a experiência da licitante na Manutenção de Linhas de Transmissão e de Subestações, com tensão mínima de 230 kV;

Não se pode considerar que a atuação na implantação de linhas de transmissão e de subestações comprove a capacidade técnica-operacional/profissional para a prestação de serviços de manutenção das referidas estruturas.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

A Pregoeira amparada nas análises/decisões/recomendações da Área Técnica nega provimento ao recurso administrativo interposto pelo **CONSÓRCIO NOVA ENGEVIX – TECHNE (O&M PISF)**, mantendo a decisão anteriormente proferida, considerando o certame fracassado.

Em 07 de outubro de 2021.

ANA CÍNTIA PEREIRA DA SILVA ROCHA

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cíntia Pereira da Silva, Pregoeiro(a)**, em 07/10/2021, às 17:00, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3396335** e o código CRC **F8E552C0**.